



## CÂMARA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI N° 1992/1973</b>		
Ementa <b>ALTERA O CÓDIGO TRIBUTÁRIO, PARA MODIFICAR DISPOSITIVOS SOBRE MATÉRIA FISCAL.</b>		
Data da Norma <b>08/06/1973</b>	Data de Publicação <b>09/06/1973</b>	Veículo de Publicação <b>Jornal de Jundiaí</b>
Matéria Legislativa <b><u><a href="#">Projeto de Lei n° 2751/1973</a></u> - Autoria: Prefeito Municipal</b>		
Status de Vigência <b>Revogada tacitamente</b>		
Observações <b>FINANÇAS - código tributário</b> <b>Autor: ÍBIS PEREIRA MAURO DA CRUZ (PREFEITO MUNICIPAL)</b>		
Histórico de Alterações		
<b>Data da Norma</b> 27/12/1983	<b>Norma Relacionada</b> <u><a href="#">Lei n° 2677/1983</a></u>	<b>Efeito da Norma Relacionada</b> Revogada por

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ



LEI Nº 1992, DE 08 de JUNHO DE 1973

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ, de acordo com o que decretou a Câmara Municipal, em sessão realizada no dia 06/06/73, PROMULGA a seguinte Lei: -----

Art. 1º - Os artigos 109, 110, 112 e 114, da Lei nº 1 772, de 30 de dezembro de 1 970, passam a vigorar com a redação seguinte:-

"Art. 109 - É competente para julgar, em primeira instância, sobre matéria fazendária, o Secretário das Finanças Municipais.

Art. 110 - Cabe recurso ao Prefeito:

- I - das decisões em primeira instância que envolvam valor igual ou superior a 50 (cinquenta) salários-mínimos;
- II - na falta de decisões em primeira instância, esgotados os prazos fixados.

Art. 112 - O recurso é obrigatório e de ofício e será interposto pelo Secretário das Finanças Municipais, nas decisões contrárias à Fazenda Municipal, no todo ou em parte, em valor superior a 20 (vinte) vezes o salário mínimo.

§ 1º - Na falta de recurso de ofício, quando couber, deve interpô-lo, através do Secretário das Finanças Municipais, o funcionário do órgão fazendário que, de fato, primeiro tomar conhecimento.

§ 2º - O recurso de ofício tem efeito suspensivo.

Art. 114 - Consideram-se decisões fiscais:

- I - as do Prefeito, em recurso voluntário ou de ofício;
- II - as de primeira instância, quando não couber ou não houver interposição de recurso voluntário, no prazo estabelecido."

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ




- fls. 2 -  
(Lei nº 1992)


Art. 2º - O prazo previsto no artigo 94 da Lei nº 1 772, de 30 de dezembro de 1 970, será de 15 (quinze) dias.

Art. 3º - Os prazos previstos no parágrafo único do artigo 79; artigos 82, 84, 85, 98, 99, 101 e parágrafo único do artigo 111, além dos artigos 115 e 116, da Lei nº 1772, de 30 de dezembro de 1 970, ficam alterados para 10 (dez) dias.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

  
(IBIS PEREIRA MAURO DA CRUZ)  
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura do Município de Jundiaí, aos oito dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e três.

  
(ARNALDO CARRARO)  
Secretário de Negócios  
Internos e Jurídicos

BJ/vb